



Algumas das possíveis influências e causas da desindustrialização no Brasil

Some of the possible influences and causes of deindustrialization in Brazil

10.56238/isevmjv3n2-034

Recebimento dos originais: 19/03/2024

Aceitação para publicação: 09/04/2024

João Henrique Moraes Almeida
Tecnólogo em Produção Industrial
Fatec Taquaritinga

Adauto Luiz Carrino
Orientador
Fatec Taquaritinga

RESUMO

As causas e influências da desindustrialização no Brasil possui relação direta com o contexto do início da industrialização global. Assim, neste estudo empreendemos como percurso metodológico uma revisão bibliográfica e eletrônica frente a uma discussão sobre os fatores da industrialização e a correlação de fatores políticos, econômicos e sociais com a desindustrialização do Brasil na sociedade contemporânea. De tal forma, a problematização estabelecida neste trabalho corresponde no seguinte questionamento: Quais algumas das possíveis influências e causas da desindustrialização no Brasil? Diante de tal questionamento, estabelecemos como um alcance de respostas o respectivo objetivo geral, demonstrar algumas das possíveis influências e causas da desindustrialização no Brasil. Ademais, a desindustrialização precisa ser combatida em seu viés negativo, pois demonstra disparidade de investimentos e baixa competitividade dos setores internos como o de serviços e do agronegócio. Por ser um país de excelência no setor agronegócio, torna-se fundamental os investimentos sistemáticos para equilibrar a balança “superavitária” nacional com os interesses industriais. Gerir a abundante oferta natural de matéria-prima é de suma importância para alcançar patamares expansionistas na economia. Por sua vez, a industrialização pode impulsionar ainda mais o Brasil, rumo ao desenvolvimento de primeiro mundo.

Palavras-chave: Desindustrialização, Reprimarização, Novos-desenvolvimentistas.

1 INTRODUÇÃO

Em meio ao período de guerras mundiais o processo de industrialização se tornou frequente, devido a percepção de avanço tecnológico. Tal fato se observa na primeira guerra mundial, onde os Estados começaram a estimular o desenvolvimento de algumas indústrias específicas, principalmente porque eram indústrias que contribuíam diretamente com o avanço e permanência na posição ofensiva global. Suzigan (1988), relatou que devido ao fato de os investimentos não serem sistemáticos e abrangentes a todas as indústrias, foram pouco eficazes nesse período, sob o ponto de vista econômico-social. Este fato sugere que, de modo geral, a industrialização possui relação direta com o Estado e sua conjuntura atual.



Após o desastroso período das guerras, em meados do século XX, houve significativos avanços no gerenciamento econômico internacional, com o objetivo de fixar regras para relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do período (Gaspar, 2015). Desse modo, após as reuniões de Bretton Woods e a construção das taxas de câmbio pareadas em dólar e ouro, bem como a criação de Bancos Centrais e do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi criado também a Organização das Nações Unidas (ONU), para promover sólida cooperação internacional entre os países (Gaspar, 2015). Tais acontecimentos econômicos iniciaram o estreitamento das relações comerciais, influenciando a industrialização mundial.

Além disso, no esforço de reconstrução econômica mundial do pós-guerra junto ao cenário de corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética ao longo da Guerra Fria oriunda na década de 50, houve forte investimento tecnológico de cunho militar nas indústrias por parte dos governos aliados à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), lado capitalista e, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), lado socialista. Hirst e Thompson (1998), afirmaram que os gastos públicos do governo, embora ter sido de cunho bélico, teve papel importante no desenvolvimento do setor eletro-eletrônico, derivando no incremento sustentável de bens duráveis até os anos 1960.

Nesse sentido, e sob outros aspectos, são detectadas influências dos governos, bem como sua conjuntura da época como propulsores do investimento na indústria, que apesar de terem tido caráter bélico, na maioria das vezes, foram determinantes para o desenvolvimento industrial. Assim, neste estudo empreendemos como percurso metodológico uma revisão bibliográfica e eletrônica frente a uma discussão sobre os fatores da industrialização e a correlação de fatores políticos, econômicos e sociais com a desindustrialização do Brasil na sociedade contemporânea.

De tal forma, a problematização estabelecida neste trabalho corresponde no seguinte questionamento: Quais algumas das possíveis influências e causas da desindustrialização no Brasil?

Diante de tal questionamento, estabelecemos como um alcance de respostas o respectivo objetivo geral, demonstrar algumas das possíveis influências e causas da desindustrialização no Brasil.

Ademais, a seguir desdobramos de forma teórica algumas respostas para a problematização estabelecida, bem como o alcance dos objetivos propostos.



2 A CONTRIBUIÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 UM OLHAR PARA INDUSTRIALIZAÇÃO GLOBAL

A discussão sobre a industrialização global se inicia com os movimentos capitalistas durante o feudalismo, na Inglaterra de XVIII em diante (Braudel, 1987). Sob o ponto de vista de grandes pensadores como Karl Marx, intermediado pelo historiador Erick Hobsbawm, onde relata que a transição do feudalismo para o capitalismo foi um produto da evolução feudal, pois fomentou a separação entre cidade e campo, tendo fundamental importância na divisão social do trabalho e em sua expressão para o país.

Posteriormente, o movimento ganhou força em outros países devido a rapidez de produção que antes era inalcançada. Assim, surge a segunda revolução, na metade do século XIX, expandindo-se nos países como Estados Unidos, França, Rússia, Japão e Alemanha. O aprimoramento de técnicas e surgimento de pesquisas e tecnologias foram estopins para a aceitação da cadeia produtiva. Aliado a isso, dentro do cenário da primeira guerra, resgata-se o assunto dos investimentos em indústrias específicas dos países, que apesar de terem sido importantes na época, não foi o suficiente para desencadear novos patamares na produção interna bruta dos países (Chang, 2004; Tilly, 1996).

A partir disso, surge, ao final da primeira guerra, a terceira revolução industrial, responsável por dar expressividade nos setores como metalurgia, siderurgia e indústrias de automóveis. Neste contexto, foram intensificados as extrações e utilizações sistemáticas de bens naturais para servir ao homem, destacando países de posições geográficas favoráveis em detrimento de outros. Além disso, por meio de planos econômicos, como o plano Marshall dos Estados Unidos, serviram como base para a reconstrução de países devastados no cenário pós-guerra (Fiori, 1999). Sendo assim, surge um movimento de reconstrução de indústrias, educação e ciência nos países afetados devido ao grande benefício da industrialização.

Nesse sentido, Gewehr e Lélis (2022) denominaram o avanço da industrialização dos países como motor do crescimento econômico. Da mesma forma que, Necmi (1999) citou que a taxa de crescimento da produção industrial/manufatureira foi a variável que determinou as altas taxas de produtividade e emprego do setor, aumentando a escala da economia e investimentos dos países, consolidando o setor como principal responsável nos Produtos Internos Brutos (PIB) das nações. Desse modo, após evidências fundamentais da conquista da independência financeira de países com os percalços da industrialização, torna-se importante a análise do cenário Brasil sob os mesmos aspectos, para que seja introduzido o assunto das causas e influências da desindustrialização no país.



2.2. A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

A história do Brasil se remete puramente ao aspecto de potência agrícola, desde o início da colonização dos portugueses até a atualidade, é concludente a presença agrícola como um dos principais fatores econômicos nacionais. Versiani (1990) relata que há indícios fortes de que o ponto de partida do desenvolvimento significativo da indústria no país se deu na década de 30, especialmente como um subproduto da crise econômica brasileira exportadora de café.

Suzigan (1988), relata que a demanda por produtos manufaturados passou a crescer exponencialmente em função da renda gerada nas atividades relacionadas ao mercado interno. Assim, o nível de renda foi mantido por elevadas políticas macroeconômicas atrelada ao modelo expansionista em defesa do setor exportador. Tal como, em outros países, o desenvolvimento industrial foi possível devido a participação efetiva do Estado, naquela época. No entanto, Manoel (2000) cita que foi a partir dos anos 50 que o Estado teve um significativo papel na estruturação do setor, sendo responsável pela administração do capital privado nacional e estrangeiro, pondo início à operação de empresas dos setores de mineração, energia e transporte.

As medidas tomadas pelo governo na época deram frutos como aumento de emprego e a diminuição da dependência de importações no âmbito industrial, pois o mercado doméstico se expandiu. Ao longo da década de 50, Manoel (2000) e Contini et al. (2010), destacam a expressiva redução do coeficiente de importações da oferta de bens de consumo e de capital no país, foram precursores da elaboração das instruções normativas número 70 e 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) do Banco Central do Brasil, que tinha como objetivo disciplinar a alocação de importações de forma racional e de acordo com os interesses industriais; houve também a criação Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE), atual BNDES, que teve objetivo de fomentar o desenvolvimento em infraestrutura e mais tarde o desenvolvimento da iniciativa privada e industrial. Além da Petrobrás, que naquela época servia como monopólio estatal do petróleo exercendo as atividades de prospecção, produção e refino do produto.

No sentido do alinhamento governamental com a importância da indústria para o país foi criado o Plano de Metas, com o então presidente da república Juscelino Kubitschek, em 1956. O objetivo era intensificar a diferenciação industrial do país em curto espaço de tempo, investindo em indústrias automobilísticas, naval, química, de papel e celulose, siderúrgica e elétrica, para reduzir ao máximo a necessidade de importação de insumos básicos, máquinas e equipamentos (Manoel, 2000). Abaixo, na Tabela 1, é apresentado o plano de metas do governo para aquela época.

Tabela 1. Plano de metas do governo de 1956

Meta	Previsão	Realizado	%
Energia Elétrica (1.000 t.)	2.000	1.650	82
Carvão (1.000 t.)	1.000	230	23
Petróleo – Produção (1.000 barris/ dia)	96	75	76
Petróleo – Refino (1.000 barris/ dia)	200	52	26
Ferrovias (1.000 Km)	3	1	32
Rodovias – Construção (1.000 Km)	13	17	138
Rodovias – Pavimentação (1.000 Km)	5	-	-
Aço (1.000 t)	1.100	650	60
Cimento (1.000 t)	1.400	870	62
Carros e caminhões (1.000 un.)	170	133	78
Nacionalização (carros - %)	90	75	-
Nacionalização (caminhões - %)	95	74	-

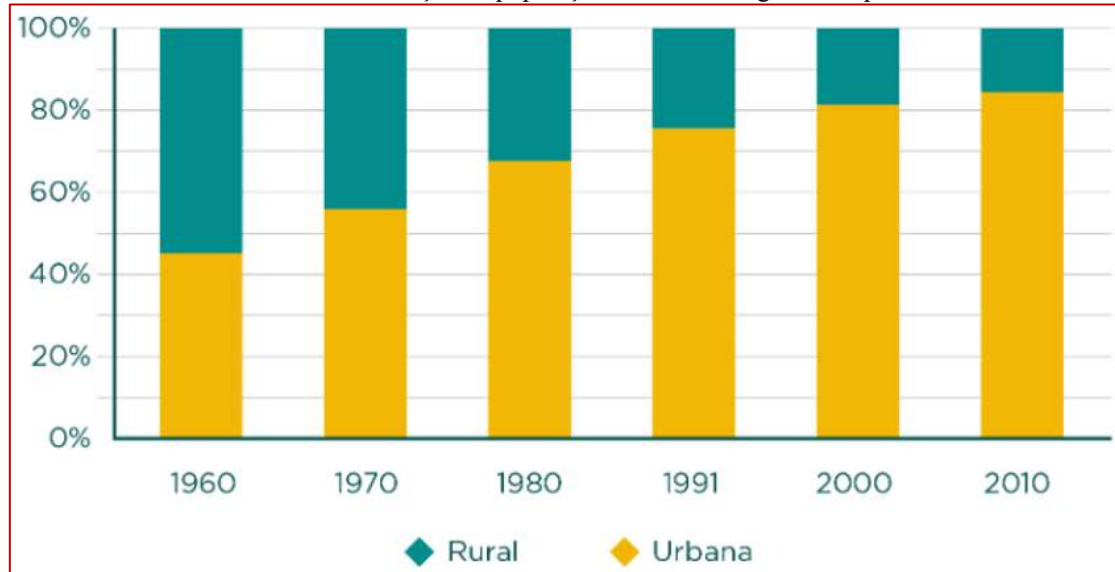
Fonte: Abreu, 2014.

Neste período, Manoel (2000) destaca que o PIB cresceu a uma taxa anual de 8,2%, resultando em 5,1% de aumento na renda per capita, algo que ultrapassou o próprio objetivo do Plano de Metas. Aliado a isso, destacam-se outros instrumentos da política econômica, como por exemplo o aumento da carga tributária e do déficit fiscal como forma de financiamento, o crédito subsidiado para estimular a acumulação do setor privado nos setores considerados estratégicos, e; a expansão dos grupos governamentais (SUMOC e BNDE), além da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), para organizar, incentivar e supervisionar a implementação de outras metas setoriais. Sob o ponto de vista da evolução da indústria entre os anos 1956 e 1962, Serra (1982) apontou crescimento de 15% ao ano em termos reais, com gastos governamentais na proporção do PIB de 15,3% a 17,8%.

Por outro lado, o Brasil estava caracterizado por ciclos de produções baseadas em cana-de-açúcar, café, ouro e borracha, com objetivo à exportação, pois o comércio interno passou a ser expressivo com os avanços graduais da formação das aglomerações urbanas (Klein e Luna, 2020). Alves et. al. (2011) destacam que no período dos avanços industriais de 1950, o país ainda era uma sociedade puramente rural com 63,8% do total da população vivendo no campo.

A reversão da morada no campo veio ao longo do ciclo expansivo no final da década de 60, com o estímulo governamental da aceleração do processo industrial, usufruindo do contexto global de liquidez dos mercados financeiros. Essa decisão criou uma demanda de trabalho intensa, estimulando o rápido e forte movimento migratório do campo para as cidades, transformando a densidade populacional rural de 63,8% para 44% entre o período de 1950 e 1970, de acordo com IBGE (2023), mostrado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Evolução da população urbana ao longo do tempo



Fonte: IBGE (2023)

3 O CENÁRIO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

3.1 ALGUMAS DIFICULDADES ECONÔMICAS ENFRENTADAS NO PAÍS

Nos períodos que antecedem a desindustrialização como um todo, existiu um período de estagnação de crescimento da indústria, que no Brasil se situou a partir dos anos de 1962 (Manoel, 2000). Naquela época, os movimentos de natureza cíclica, bem como os grandes investimentos realizados na indústria, advinda tanto do setor público, quanto do privado; fez com que o crescimento econômico fosse retardado. O consumo de bens naquela época, bem como a movimentação monetária deu início ao agravamento da inflação. Para Serra (1982), a desaceleração foi acompanhada por uma forte contração no investimento industrial chegando em 11% no período de 1962 a 1967, abalando o setor de construção civil fortemente.

Ainda de acordo com Serra (1982) e Manoel (2000), o debate sobre o início da década de 80, onde o setor industrial continha avanço notado de integração intersetorial e de diversificação da produção, traz alusão ao ineficiente desenvolvimento tecnológico e de técnicas industriais que limitaram a competitividade do setor, com ausência de padrão e alinhamento com as indústrias do mercado internacional. Isso indica que, por mais diversificada nacionalmente, a indústria não teve competitividade internacional. Suzigan (1988), relata que estes acontecimentos puseram início à perda do dinamismo do padrão de desenvolvimento da indústria, elevando os índices de desemprego e renda e, colocando a exportação de produtos como principal alternativa para a crise do mercado interno.

Com isso, podemos traçar uma correlação com o período da década de 70 e 80 com o cenário agrícola brasileiro, em que, os investimentos suprimidos e sem retorno expressivo na



indústria, fez com que a agricultura fosse observada como mola propulsora da economia. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi criada em 1972, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento técnico-científico do país, sobretudo quando diz respeito ao desenvolvimento do bioma Cerrado, pois naquela época, as regiões Sul e Sudeste estavam em produção e ocupação máxima do território agrícola. Assim, ao confrontar os vieses tecnológicos estabelecidos nos países de primeiro mundo, o Brasil passou a adotar o pilar científico como responsável para a saída da crise, apoiando a agricultura no aumento de produtividade (Teixeira et. al., 2013). Assim sendo, após as inovações no setor de insumos químicos, ditados pela correção do solo ácido do cerrado, o país iniciou uma exploração acentuada e produtiva no Centro-Oeste brasileiro, que perdura até os dias de hoje, sendo denominado o coração do agronegócio do país.

De volta ao movimento de recessão econômico-industrial, foram verificados que ao longo da década de 1980 a 1990, o PIB teve certa estagnação e declínio com a produção reduzida em 6,45%. Naquele momento, o novo setor de informática foi estimulado como alternativa à retomada da expansão econômica, mas sem sucesso, devido à falta de articulação de políticas públicas. Isso fez com que a indústria priorizasse uma parcela crescente da produção para o âmbito internacional, de modo a se manter em face da instável conjuntura do período. Nada obstante, Suzingan (1988) e Manoel (2000) relatam que ao final no início da década de 90, era notável que a economia apresentava falta de dinamismo, atraso tecnológico e desequilíbrios na estrutura produtiva com infraestrutura obsoleta. Nesse sentido, será abordado no capítulo seguinte o conceito da desindustrialização brasileira.

3.2 O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

A desindustrialização pode ser entendida por alguns aspectos. O primeiro deles, estabelecido por Rowthorn e Ramaswany (1999), em que é produto de uma redução constante da participação do emprego industrial na escala de emprego total de um país. Nesse caso, a participação do emprego industrial tem declinado continuamente por mais de duas décadas no Brasil. Por outro lado, a desindustrialização pode ser entendida como a redução do peso da indústria de transformação do produto interno bruto (PIB) dentro de um determinado espaço econômico (Unctad, 2003 e Akyuz, 2005). Este conceito é conhecido como “grau de desindustrialização”, e de acordo com Sampaio (2015), o Brasil passou de um máximo de 35,9% em 1985, para 9,8% em 2013, somando redução de mais de 72% neste período.

A redução do grau de industrialização, cuja relação é direta com a queda da formação de emprego e renda, pode ter origem sob o ponto de vista macroeconômico, tal como a adoção dos



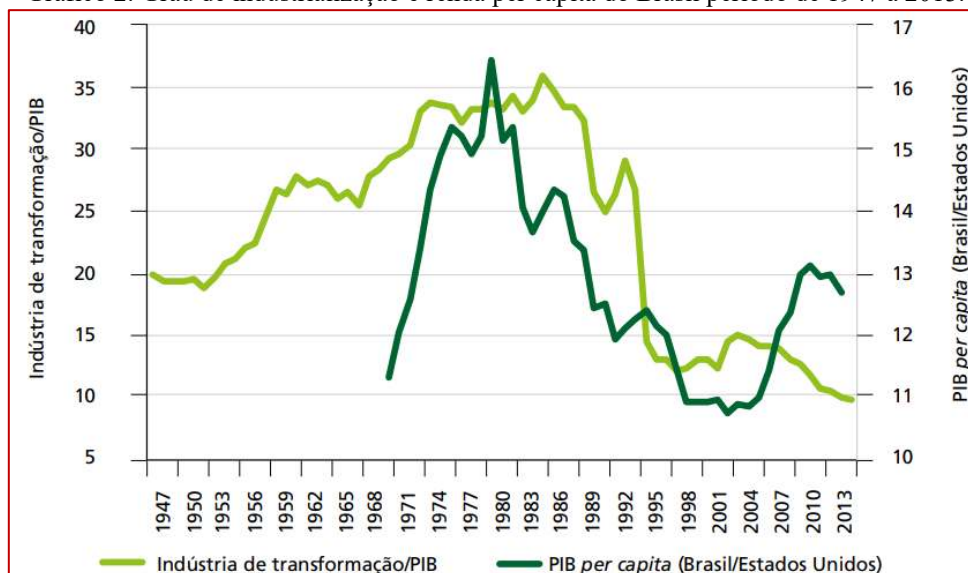
planos do Consenso de Washington de 1990 (Palma, 2005; Shafaeddin, 2005). O despreparo político para adoção das práticas de abertura econômica, no que tange as taxas de juros e de câmbio foram peças chave para o início da desindustrialização. Já, sob a ótica microeconômica, Sampaio (2015) destaca fatores relacionados ao padrão da concorrência discrepante, percalços da terceira revolução industrial e estratégias de gestão e atuação das grandes corporações, fatores estes determinantes que ditavam o ritmo e a intensidade da acumulação de capital. Quando abordados os fatos propostos por Sampaio (2015), podemos encontrar certa correlação com os fatos citados por Suzingan (1989) e Manoel (2000). No entanto, apesar da crise brasileira em torno da expansão da indústria, é possível constatar em alguns trabalhos a discussão sob o ponto de vista benéfico da desindustrialização (Singh, 1977; Saeger, 1997; Alderson, 1999; Cano, 2014).

Para os autores, a continuidade da diversificação da estrutura produtiva em longo prazo é condizente com a participação de bens de capital na ordem de 30% a 40%, em países desenvolvidos. Os autores relatam que essa dinâmica industrial favorece a diversificação com o setor de serviços, que servem, por sua vez, os setores da agricultura e a própria indústria, condicionando uma desindustrialização “positiva”, porque na verdade, a indústria estava apenas dividindo espaço com quem a serve. De outro lado, no caso de países em desenvolvimento, como o Brasil, o grau de desindustrialização pode ser considerado, entre outros, como “negativo”, de acordo com Sampaio (2015), pois causou dependência e vulnerabilidade externa, centralizando a dinâmica industrial às estratégias dos centros internacionais. O autor denota o Brasil como instrumento da valorização do capital financeiro, empregando elevadas taxas de juros, fornecendo recursos naturais dada sua abundância, reprimarização (quando o país deixa de exportar bens de consumo para priorizar matérias-primas) e consumismo global, devido ao grande mercado consumidor.

A mesma linha de raciocínio se aplica aos autores Oreiro e Feijó (2010) e Bresser-Pereira (2008), em que a desindustrialização no Brasil possui fator negativo, pois vem acompanhada da pauta de exportações, favorecendo commodities ou produtos com baixo valor agregado. Os autores relacionam esta prática como “doença holandesa”, cujo resultado é dado pela preferência de apreciação da taxa real de câmbio, após descoberta de recursos naturais escassos em determinados países. A constatação do efeito da desindustrialização pode ser acompanhada no Gráfico 2, a seguir, onde em 1985 foi o ápice do crescimento no Brasil, seguido das fases decrescentes do setor em 1,2 e 3, referentes a crise fiscal e financeira de 1985; do plano real de 1994; e pós crise de 2008, respectivamente. Por outro lado, a renda per capita demonstrou valor máximo nos anos 1980

com 16,4% e mínimo em 2003 com 10,7%. Com isso, após a retomada da apreciação cambial, o índice disparou em 12,7% em 2014 (Sampaio, 2015).

Gráfico 2. Grau de industrialização e renda per capita do Brasil período de 1947 a 2013.



Fonte: IPEA, 2014.

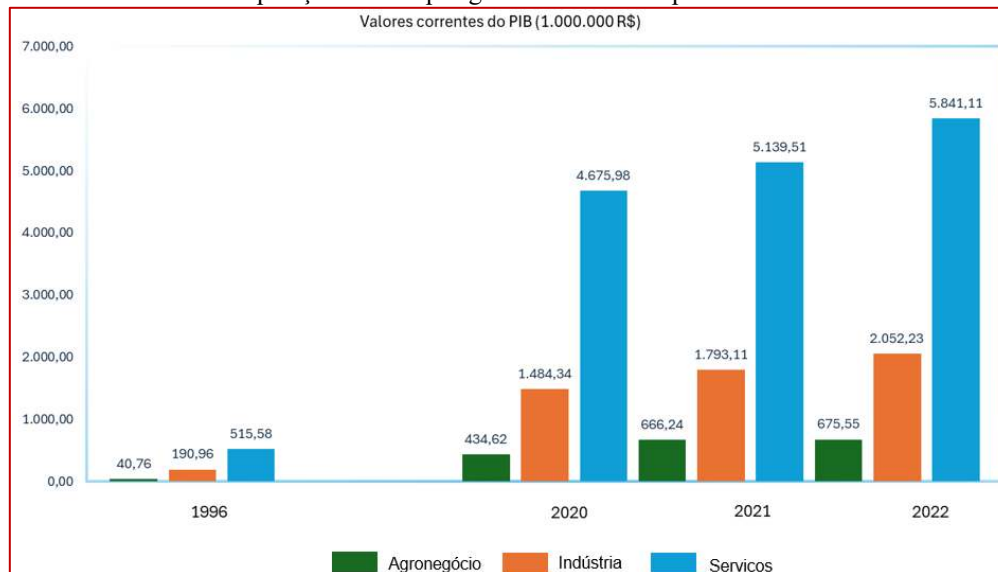
Esses dados sugerem que, os motivos da redução da industrialização possuem relação direta com o governo e sua conjuntura, no sentido de promover políticas públicas e articulações favoráveis a determinadas classes de interesses, visto que, desde o “boom” da industrialização até a recessão passaram-se diferentes governantes e pensadores econômicos no país. A questão principal deste contexto é a retomada do país como fonte de diversidade industrial, para que se enquadre no ponto de vista positivo da desindustrialização.

Sob a ótica de autores considerados novos-desenvolvimentistas (Bresser-Pereira, 2008; 2013; Bresser-Pereira e Marconi (2008), a desindustrialização brasileira foi causada pelo desequilíbrio da neutralização da doença holandesa, isto é, pela abertura econômica findada no Consenso de Washington. Assim, a saída mais cabível para determinada situação é a retomada do equilíbrio, tendo instrumento principal a valorização da moeda brasileira frente às demais. De acordo com Sampaio (2015), esta medida está ligada com a capacidade do governo em aumentar o superavit nos balanços patrimoniais das finanças públicas.

Nesse sentido, com vista ao microeconômico, os investimentos em ciência e tecnologia, para reposicionar a indústria brasileira como apta à competitividade do mercado também faz parte das medidas para a redução do grau de industrialização, ou até mesmo da desindustrialização “positiva”. A continuidade de padrões e zelo pelo bem-estar humano serão molas propulsoras do avanço manufatureiro do país. Aliado a isso, no setor de serviços é possível notar pelas colocações

feitas por Cano (2014) no tocante ao desenvolvimento do agronegócio, onde empresas de serviços especializadas podem alavancar a produtividade do setor, auxiliando a demanda por equipamentos e máquinas mais sofisticadas. Isto posto, é possível traçar um paralelo entre crescimento do setor agronegócio e industrial, bem como a relação proporcional entre o âmbito de serviços que os ligam (Gráfico 3).

Gráfico 3. Composição do PIB por grandes setores no período de 1996 a 2021.



Fonte: Autoria própria a partir de dados IBGE, 2022.

Os dados mostram que, embora a participação dos setores do agronegócio e indústria podem não ser os principais expoentes do crescimento de serviços, houve um crescimento de 906,9% em serviços, à medida que os demais setores (agronegócio e indústria) ganharam relevância entre 1996 e 2020. O mesmo ocorre no ano de 2022, onde o crescimento de 155,4% e 138,2% dos setores agronegócio e indústria no período (2020 a 2022), ocorreu crescimento de 124,9% em serviços. Assim, a ideia proposta por Cano (2014) e demais autores, a respeito de países desenvolvidos, em que o crescimento do setor de serviços como produto da serventia aos setores agronegócio e indústria, pode ser coerente com o período analisado. Ademais, nota-se, ao longo do desenvolvimento do país, a notoriedade da indústria e do agronegócio, principalmente na conjuntura atual, onde o Brasil ocupa a posição de principais exportadores mundial, ambos setores estão em processo mútuo de crescimento para fomentar a competitividade no cenário.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, ao caracterizar as fases da industrialização evidenciando sua origem e percalços durante a evolução do planeta é possível compreender a necessidade do investimento governamental para com a indústria, estimulando o crescimento saudável e competitivo dos setores, além de atribuir valor aos recursos naturais dos países ao passo que a reprimarização possa ser equilibrada com a oferta de bens de qualidade e sofisticados.

Do ponto de vista do Brasil a desindustrialização precisa ser melhor averiguada em seu viés negativo, pois demonstra disparidade de investimentos e baixa competitividade do setor interno como o de serviços. Por ser um país de excelência no setor agronegócio, torna-se fundamental os investimentos sistemáticos para equilibrar a balança “superavitária” nacional com os interesses industriais. Gerir a abundante oferta natural de matéria-prima é de suma importância para alcançar patamares expansionistas na economia. Por sua vez, a industrialização pode impulsionar ainda mais o Brasil, rumo ao desenvolvimento de primeiro mundo.

De tal forma, neste estudo direcionamos algumas respostas em relação a problematização, alcançando o objetivo de demonstrar algumas das possíveis influências e causas da desindustrialização no Brasil.

Ademais, salientamos que este estudo não compreendeu o objetivo de esgotamento da temática, mas sim de uma breve discussão sobre o assunto, pelos quais ainda podem desdobrar em novos conhecimentos e discussões.



AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao Professor Orientador Doutor Adauto Luiz Carrino, pela orientação excepcional, apoio constante e valiosas contribuições ao longo da elaboração deste trabalho de graduação. Sua expertise e dedicação foram fundamentais para o sucesso desta pesquisa sobre as influências e causas da desindustrialização no Brasil.

À Fatec Taquaritinga, agradeço sinceramente pela oportunidade concedida para a realização deste estudo. A instituição proporcionou um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico, permitindo que eu explorasse as complexidades do tema de forma aprofundada.

É com imensa gratidão que reconheço a Fatec Taquaritinga pela oportunidade de publicação na revista da instituição. Ver este trabalho divulgado na revista é um reconhecimento valioso e representa um marco significativo nesta jornada acadêmica.

Ademais, este trabalho não seria possível sem o apoio inestimável do Professor Adauto Carrino e da Fatec Taquaritinga. Agradeço por acreditarem na relevância deste estudo e por serem parte fundamental do meu crescimento acadêmico e profissional.



REFERÊNCIAS

AKYUZ, Y. Impasses do desenvolvimento. *Novos Estudos Cebrap*, n. 72, p. 41-56, jul, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/Bj3HdMMjsRrxDHmYkXtNBHc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 set. 2023.

ABREU, M. P. A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. Elsevier, 2. ed. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7500193/mod_resource/content/1/%28Em%20Portuguese%20do%20Brasil%29%20Marcelo%20de%20Paiva%20Abreu%20-%20A%20Ordem%20do%20Progresso-CAMPUS%20-%20GRUPO%20ELSEVIER%20%282014%29%283%29.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.

ALDERSON, A. Explaining Deindustrialization: globalization, failure, or success? *American Sociological Review*, v. 64, n. 5, p. 701-721, Oct, 1999. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/Explaining-Deindustrialization%3A-Globalization%2C-Or-Alderson/813ad124092a72c591d918330a4d421f6a419217>>. Acesso em: 18 set. 2023.

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização, de 1950 a 2010. *Revista de Política Agrícola*, v. 20, n. 2, p. 80-88, 2011. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/61>>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRAUDEL, F. A dinâmica do capitalismo Rio de Janeiro, Rocco, 1987. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4209005/mod_folder/content/0/Fernand%20Braudel%20_A%20dinamica%20do%20capitalismo%20-Cap2.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. *Revista de Economia Política*, v. 28, n. 1, São Paulo, Jan./Mar, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/XB87TMrKyHHSrR4RhJdd5Bt/?format=pdf&lang=en>>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? Trabalho apresentado ao IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

CANO, W. (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 9, n. 15, p. 139-174, jul./dez, 2014. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/118>>. Acesso em: 22 set. 2023.

CHANG, H.-J. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, Unesp, 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3179665/mod_resource/content/1/%5BCHANG%2C%20Ha-Joon%5D%20Chutando%20a%20Escada.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

CONTINI, E.; GASQUES, J. G.; ALVES, E.; BASTOS, E. T. Dinamismo da agricultura brasileira. *Revista de Política Agrícola*, p. 42-64, 2010. Edição Especial. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/80771/1/Dinamismo-da-agricultura-brasileira.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2023.

FIORI, J. L. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, org, 1999. Disponível em: <https://fsi20183.files.wordpress.com/2018/11/fiori-org_-estados-e-moedas-no-desenvolvimento-das-nac3a7c3b5es-pp-7-a-283.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.



GASPAR, R. C. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. *Cadernos Metrópole*, v. 17, n. 33, p. 265–296, maio 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/rbnKdf7jR6gT3mLbcQmNgKG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 26 set. 2023.

GEWEHR, A. C.; LÉLIS, M. T. C. Industrialização e desenvolvimento econômico: efeitos da interação entre a manufatura e o investimento fixo. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 26, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/CR7VQjkk4TZqrK5ZMbkD9Ct/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 set. 2023.

HIRST, P.; THOMPSON, G. Globalização em questão. Petrópolis, Vozes. IBGE. Censo demográfico: séries históricas, 1998. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089censo19916.html?=&t=serieshistoricas>>. Acesso em: 27 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Quadro completos – PIB (4º tri 2022). IBGE, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detallhe-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2102&id=6215>>. Acesso em: 03 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. IBGE, Brasília, 2023. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: 03 out. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Panorama da economia criativa no Brasil. IPEA, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2026/1/TD_1880.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.

KLEIN, H.; LUNA, F. V. Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2020. 440 p.

MANOEL, A. Uma análise do processo de industrialização no Brasil: do auge aos anos 2000. [Monografia de Bacharelado - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo], São Paulo - SP, 2022. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/bitstream/handle/32664/1/Anderson%20Manoel%20da%20Silva_Anderso%20Manoel%20da%20S.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

NECMI, S. Kaldor's growth analysis revisited. *Applied Economics*, v. 31, n. 5, p. 653-660, 1999. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/taf/applec/v31y1999i5p653-660.html>>. Acesso em: 30 set. 2023.

OREIRO, José Luiz; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v.30, n.2, p.219-232, abr-jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/>>. Acesso em: 30 set. 2023.

PALMA, José Gabriel. Quatro fontes de “Desindustrialização” e um novo conceito de “Doença holandesa”. Trabalho apresentado na Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento organizada pela FIESP e IEDI, São Paulo, ago. 2005. Disponível em: <https://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20_2_.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.



ROWTHORN, Robert; RAMASWANY, Ramana. Growth, Trade, and Deindustrialization. IMF Staff Papers, v.46, n.1, p.18-41, mar. 1999. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/staffp/1999/03-99/rowthorn.htm>>. Acesso em: 30 set. 2023.

SAEGER, S. Globalization and deindustrialization: myth and reality in the OECD. Weltwirtschaftliches Archiv, v. 133, n. 4, p. 579-608, 1997. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/sprweltar/v_3a133_3ay_3a1997_3ai_3a4_3ap_3a579-608.htm>. Acesso em: 30 set. 2023.

SAMPAIO, D. P. Desindustrialização e desenvolvimento regional no Brasil (1985-2015) 1. [s.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/20170213_livro_esenvolvimentoregional_cap12>. Acesso em: 05 out. 2023.

SERRA, José. “Ciclos e mudanças estruturais na economia do após-guerra”. Revista de Economia Política, Vol.2/2, Nº6, 1982.

SHAFEAEDDIN, S. M. Trade liberalization and economic reform in developing countries: structural change or de-industrialization? Genebra: Unctad, 2005. 33 p. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/osgdp20053_en.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

SINGH, A. UK industry and the world economy: a case of de-industrialization? Cambridge Journal of Economics, v. 1, p. 113-136, 1977. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23596562>>. Acesso em: 22 set. 2023.

SUZIGAN, Wilson. “Estado e industrialização no Brasil”. Revista de Economia Política, Vol.8, Nº4, 1988. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4403266/mod_resource/content/1/T8%20Suzigan%20-%20Estado%20e%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

TEIXEIRA, E. C.; PROTIL, R. M.; LIMA, A. L. R. A contribuição da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do agronegócio. Viçosa: Ed. Universidade Federal de Viçosa Departamento de Economia Rural, 2013. 656 p.

TILLY, C. Coerção, capital e estados europeus: 1990-1992. São Paulo, Edusp UNCTAD – United trade comission for trade and development. World development report. Genebra, 1996. Disponível em: <https://www.academia.edu/36726542/COER%C3%87%C3%83O_CAPITAL_E_ESTADOS_EUROPEUS>. Acesso em: 25 set. 2023.

VERSIANI, F. R. e SUZIGAN, W. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral. Departamento de Economia, Série Textos Didáticos, 10, 1990. Disponível em: <http://vsites.unb.br/face/eco/bmueller/versiani_suzigan.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.